

## Posfácio

# Marxismo e Relações Internacionais: Um breve balanço

1. Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-9378-4830>. Contato: [bugiato@gmail.com](mailto:bugiato@gmail.com)

2. Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-4106-5989>. Email: [anagarcia@ufrj.br](mailto:anagarcia@ufrj.br)

3. Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-8245-6498>. Contato: [lcsramos@pucminas.br](mailto:lcsramos@pucminas.br)

4. Destacam-se, neste sentido, as contribuições de Halliday (2007), Gill e Law (1988) e Fernandes (1998)

Caio Bugiato<sup>1</sup>  
Ana Saggiaro Garcia<sup>2</sup>  
Leonardo Ramos<sup>3</sup>

DOI: [10.5752/P.2317-773X.2017v5.n3.p126](https://doi.org/10.5752/P.2317-773X.2017v5.n3.p126)

A área das Relações Internacionais (RI) é uma das poucas Ciências Sociais em que tem sido relativamente fácil evitar um encontro com Karl Marx e Friedrich Engels e o pensamento marxista. A despeito de algumas notórias exceções<sup>4</sup>, tal desencontro é justificado com argumentos distintos, segundo os quais o Marxismo seria uma teoria economicista que reduziria os fenômenos da política internacional à dinâmica da economia capitalista; não ofereceria uma teoria sobre o Estado (o principal agente das relações internacionais); seria meramente uma perspectiva normativa dedicada à utopia socialista e incapaz de realizar análises da realidade concreta; ou até mesmo seria mais uma dentre as várias perspectivas eurocêntricas (SCLOFSKY; FUNK, 2018; VIGEVANI *et. al.*, 2011). No Brasil, a área segue a mesma linha, exceto no âmbito da Teoria de Relações Internacionais. Nessa área, alguns “manuais” de Teoria das Relações Internacionais apresentam uma teoria marxista pertinente às Relações Internacionais – ou da Economia Política Internacional (EPI) – em que o Marxismo (ou alguma abordagem de inspiração marxista) aparece como uma possível teoria de EPI. Não obstante, em ambos os casos as entradas do Marxismo ocorrem de forma caricata e ocultam – ou revelam – seu desconhecimento sobre o vasto campo que é o Marxismo e suas variadas contribuições acerca das relações internacionais.

Nesse sentido, a realização do Colóquio Relações Internacionais e Marxismo, na cidade do Rio de Janeiro entre novembro e dezembro de 2016 por professores e professoras do Laboratório Interdisciplinar de Estudos em Relações Internacionais da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (LIERI/UFRRJ) e do Laboratório de Estudos sobre Hegemonia e Contra Hegemonia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (LEHC/UFRJ) demonstrou a precariedade de tais argumentos, a qual está exposta textualmente neste dossiê. Este, resultado do Colóquio, selecionou textos apresentados no evento mediante o excelente trabalho do corpo editorial da *Estudos Internacionais*. Nosso intuito aqui foi, prioritariamente, trazer à tona análises da realidade concreta em temas da área de RI sob o prisma marxista, não excluindo as contribuições teóricas. Assim sendo, os textos publicados na primeira parte (v. 5, n. 1, 2017) e na segunda parte (v. 5, n. 3, 2017) deste dossiê merecem um breve balanço neste posfácio.

Compõem a primeira parte do dossiê os artigos: *The BRICS: An Involuntary Contender Bloc Under Attack*, de Kees Van der Pijl; *As burguesias brasileira e chilena e os dilemas da integração regional*, de Tatiana Berringer e Anna Kowalczyk; *As tensões destruidoras do proceso de cambio na Bolívia*, Fabio Luis Barbosa dos Santos; *NAFTA: comprovação das proposições marxistas sobre o livre-comércio*, de Carlos Serrano Ferreira; *Análisis de las relaciones entre Estados Unidos y Haití (1915-2015): notas para pensar la dialéctica del imperialismo en el Caribe*, de Fernando Gabriel Romero Wimer, Paula Daniela Fernández Hellmund e Karen Dos Santos Honório; e *A expansão chinesa recente e novas determinações do imperialismo no século XXI*, de Valéria Lopes Ribeiro.

**Kees Van de Pijl**, analisando a economia política internacional e a geopolítica atuais, argumenta que, uma vez que a crise econômica mundial iniciada em 2008 forçou o Estado chinês – a locomotiva dos BRICS – a desacelerar o crescimento econômico dos países do bloco, as potências ocidentais, sobretudo o Estado estadunidense, implementaram uma estratégia de isolar os chineses e debilitar os outros Estados, o que é evidente nas ações da OTAN sobre o Estado russo e afeta igualmente o Estado brasileiro. Tal estratégia é o imperialismo: esforço da *Atlantic ruling class* de introduzir e intensificar imperativos de mercado, amparados por uma jurisdição política, em Estados que não seguem a risca os ditames da globalização neoliberal. Pijl passa em revista as recentes doutrinas de política externa dos Estados Unidos que, entre outros, tem como alvo os BRICS, utilizando-se de *regime change* e golpes de Estado, como no Brasil em 2016, para evitar que Estado contendores fujam da tutela do capital transnacional ocidental.

**Tatiana Berringer e Anna Kowalczyk** comparam os blocos no poder, a política externa e os projetos de integração regional nos Estados brasileiro e chileno entre os anos 2000 e 2016. As autoras inserem os conceitos de Nicos Poulantzas no campo de Análise de Política Externa (APE), demonstrando que as políticas exteriores dos Estados capitalistas estão imbricadas com a política doméstica, ou seja, com as frações de classe e a fração hegemônica do bloco no poder. Enquanto no Brasil a posição importante que ocupou a grande burguesia interna direcionou a política externa brasileira para um projeto de integração multidimensional (frágil e inconcluso), ligado ao programa neodesenvolvimentista dos governos petistas e que tem no fortalecimento do Mercosul sua principal ação de integração regional (novo regionalismo), no Chile a hegemonia da burguesia compradora, impulsionadora do livre-comércio e da liberalização das finanças, direcionou sua política externa à aliança com o capital estrangeiro (estadunidense) e a um regionalismo aberto, cuja principal iniciativa em integração regional é a Aliança para o Pacífico.

**Fabio Luis Barbosa dos Santos** analisa a luta de classes na Bolívia nos governos de Evo Morales e o desencadeamento do chamado *proceso de cambio*. O autor critica a retórica do vice-presidente García Linera, que supostamente levaria o país andino ao *socialismo comunitario*, superando o capitalismo em longo prazo. Santos observa que, ao invés de um horizonte de mudança social, as política do *Movimiento al Socialismo* (MAS, partido de Morales e Linera) foram destinadas a um projeto de poder. Com rique-

za de informações, a luta de classes na Bolívia é analisada desde a guerra da água que eclodiu em Cochabamba no ano de 2000 até o terceiro mandato do governo Morales, que então sofreu uma derrota no referendo de 2016 que propunha um quarto mandato. Essa derrota é reveladora do desgaste da base social do governo Morales, que guinou à direita, inclusive reprimindo movimentos sociais de esquerda, e consagrou a reforma em detrimento da revolução.

**Carlos Serrano Ferreira** aborda temas importantes da área de RI, o livre-comércio e a integração comercial, de maneira diferente das tradicionais abordagens liberal e realista. Com um estudo minucioso sobre o pensamento marxiano em tais temas, aliado aos estudos de Lenin e da Teoria Marxista da Dependência (TMD), o autor se utiliza da lógica da luta de classes para entender que o desenvolvimento do capitalismo, de força progressista para decadente, muda o caráter do comércio internacional, de força progressista para reacionária, construtora de relações de dependências entre Estados e economias nacionais. Valendo-se dessa perspectiva para analisar o processo concreto do *North American Free Trade Agreement* (NAFTA), Ferreira apresenta uma riqueza de dados econômicos sobre os Estados do NAFTA para afirmar que a dependência mexicana em relação aos Estados Unidos se ampliou e intensificou desde a assinatura do tratado, provocando consequências que assolam o país latino, que vão além dos problemas econômicos. Como proposição, a partir das constatações sobre o NAFTA, Ferreira sugere o aprofundamento de debates e de processos de integração econômica entre os Estados periféricos, aparte dos Estados centrais.

**Valeria Lopes Ribeiro** se ocupa da expansão do Estado chinês e traz a questão se essa expansão pode ser identificada como mais um caso de imperialismo. Lançando mão do arcabouço teórico sobre o imperialismo, desde Lenin, passando por Poulantzas e chegando a teóricos contemporâneos como Ellen Wood, Samir Amin e David Harvey, a autora afirma que o modelo de crescimento chinês, fortemente centrado no Estado, em empresas públicas e em investimentos indústrias, não se insere de forma submissa no capitalismo neoliberal e que as razões e a forma do expansionismo chinês devem ser buscadas na dinâmica interna da China, em que o padrão de acumulação está relacionado com o Estado, o partido comunista e a burguesia local. A expansão, então, por um lado, apresenta um modelo contraposto à ordem imperialista neoliberal e, de outro, manifesta contradições próprias do seu modelo de crescimento, ao explorar recursos naturais na África e na América Latina, por exemplo. Referenciando-se nos teóricos contemporâneos do imperialismo, segundo os quais este fenômeno (de submissão e exploração) se dá por meio de ajustes estruturais, ingerência de grandes corporações privadas, privatizações, acumulação financeira e redução do papel do Estado, a autora identifica que o expansionismo chinês não apresenta tais elementos, mais sim um modelo de crescimento peculiar que implica em desdobramentos externos.

**Fernando Gabriel Romero Wimer, Paula Daniela Fernández Hellmund e Karen Dos Santos Honório**, a partir de um marco teórico que articula imperialismo e dependência, tratam da relação entre Estados

Unidos e Haiti nos últimos 100 anos. O projeto de supremacia mundial estadunidense não passou ao largo do Estado haitiano, mas sim estabeleceu a dominação imperialista sobre este. As autoras e o autor desenvolvem uma extensa e suntuosa pesquisa histórica que aborda fases dessa relação: primeiros passos do imperialismo estadunidense e a dependência capitalista haitiana, 1915-1934; a configuração da dependência haitiana nos marcos da “*buena vencidad*” e a segunda pós-guerra, 1934-1957; a era do duvalierismo, 1957-1990; e um último período que compreende os anos de 1990, com triunfo de Aristide, até a atualidade, marcado por instabilidade política, intervenções militares, investimento estrangeiro e comércio exterior dependente. As conclusões mostram o Haiti no raio da estratégia imperialista estadunidense e os principais traços da dependência haitiana, oriunda da ingerência dos EUA, como o amplo controle dos capitais estrangeiros sobre a economia local e a conversão do país em um ponto geoestratégico que permite Washington operar forças militares e de inteligência na região do Caribe.

Na segunda parte do dossiê estão publicados os artigos: *A presença (oculta) do marxismo na teoria de Relações Internacionais: Rosa Luxemburgo e o primeiro ‘Grande Debate*, de Miguel Borba de Sá; *Mercado mundial e imperialismo na perspectiva de Claudia Von Braunmühl*, de Luiz Felipe Brandão Osório; *Imperialismo e dependência versus interdependência: o lado silenciado de um embate teórico*, de Rejane Carolina Hoeveler; “*Acumulação primitiva*” e *o avanço do capital na Amazônia: uma perspectiva marxista sobre a devastação ambiental causada pela “febre do ouro” às margens da rodovia interoceânica em Madre de Deus*, de Carlos Prado Filho; *A internacionalização do movimento zapatista: presença da solidariedade de classe transnacional em Chiapas*, de Davi Matias Marra Demuner; *Lucha hegemónica y élites políticas: rearticulaciones de fuerzas y desafíos al proceso de cambio en Bolivia y Venezuela*, de Mayra Goulart e Ana Carolina Teixeira Delgado; e *Reflexões sobre as burguesias sul-americanas e a integração regional*, de Igor Fuser.

**Mayra Goulart e Ana Carolina Teixeira Delgado**, a partir dos conceitos de hegemonia e populismo de Ernesto Laclau e Chantal Mouffe, tratam de dois dos chamados governos progressistas da América do Sul: governo de Evo Morales na Bolívia e os governos de Hugo Chávez e Nicolás Maduro na Venezuela. As autoras, numa pesquisa complexa e sofisticada, comparam o *proceso de cambio* (ou a luta de classes atual) nesses países, abordando a reconfiguração de suas elites, bem como as forças político-sociais que condicionaram os respectivos processos e implicações no poder legislativo. Goulart e Delgado argumentam que a polarização entre governo e oposição é crucial em ambos os casos, contudo ela assume características diferentes em relação à pluralidade dos agentes. Assim, no processo boliviano há uma diversidade de agentes de variadas matizes ideológicas e sua atual divisão se configura em, de um lado, grupos em torno da órbita governamental mobilizados por uma retórica descolonizadora e indigenista, e, de outro, ex-aliados e alguns líderes indígenas se tornam oposição. Por sua vez, o processo venezuelano é marcado pela radicalização do embate entre as forças políticas centradas na figura do governo e aquelas ligadas à oposição, em geral menos plural do que o processo na Bolívia.

**Luiz Felipe Osório** apresenta, além do debate alemão sobre a derivação do Estado, o arcabouço teórico de Claudia Braunmühl, em suas perspectivas sobre o mercado mundial e o imperialismo. Inserida em tal debate, Braunmühl se destaca ao insistir que o nível analítico apropriado para a compreensão do Estado capitalista é o mercado mundial – a dimensão internacional da acumulação, reprodução e expansão do capital –, o que resulta na compreensão que o Estado não pode ser tratado no singular, mas sim no sistema internacional de Estados (plural e concorrencial). Segundo Osório, no pensamento de Braunmühl o internacional e o nacional são vistos como um todo, em que as unidades políticas concorrentes desempenham papel essencial da lei do valor. No sistema de Estados, imbricados no contexto de acumulação global do capital, cada unidade se constitui num vetor da competição intracapitalista (no mercado mundial), atravessados por tendências à internacionalização e à nacionalização dos capitais. Assim, a autora, ao invés de partir do capital nacional e do seu Estado, teoriza sobre imperialismo dentro da totalidade constitutiva do mercado mundial: o imperialismo é o desenvolvimento do movimento dos capitais no mercado mundial; é a força motriz que impulsiona o sistema capitalista de Estado para sua formação e transformação; e a luta de classes subjacente é elemento sistêmico que molda a divisão internacional do trabalho nessa totalidade. A dominação e a exploração ensejadas pelo movimento dos capitais entre as unidades políticas necessitam da regulação e da repressão do Estado, uma vez que a anarquia internacional é incapaz de assegurar adequadamente a operação das leis de produção.

**Rejane Carolina Hoeveler** contrasta a teoria da interdependência de Robert Keohane e Joseph Nye com as teorias da dependência marxistas e não marxistas e identifica, a partir do arcabouço teórico gramsciano, Keohane e Nye como intelectuais orgânicos ligados a determinados aparelhos privados de hegemonia. Segundo a autora os teóricos da interdependência, ainda que não tivessem como alvo os dependentistas (mas sim os teóricos da tradição realista), procuram invalidar as teorias da dependência, altamente influentes em movimentos sociais e programas políticos terceiro-mundistas e anti-imperialistas nos anos de 1970. Hoeveler apresenta, principalmente, a teoria de Ruy Mauro Marini, em diálogo com teorias do imperialismo, pois é na contramão deste movimento intelectual (dependência/imperialismo/marxismo) que estadunidenses e europeus constroem alternativas implícita ou explicitamente que negam as relações estruturais de dependência entre países, como é o caso de Keohane e Nye. O estudo da autora sobre a teoria da interdependência (relações assimétricas de interdependência) explicita a rejeição total desta não só ao imperialismo e à dependência, mas a qualquer relação de dominação nas relações internacionais. Ademais, a participação da dupla de teóricos em projetos de “gestão de interdependência” no âmbito da Comissão Trilateral nos anos de 1970 e outras organizações internacionais revela a convergência de seu pensamento com o realista Zbigniew Brzezinski. Avessos ao marxismo, a Comissão Trilateral refletiu uma síntese do pensamento dos três intelectuais, que estiveram ligados a determinadas frações de classe organizadas nesses aparelhos institucionais, sendo assim intelectuais orgânicos da burguesia

nas relações internacionais, propagadores de estratégias privadas e estatais dos países imperialistas centrais.

**Carlos Prado Filho** analisa o recente processo de aceleração da devastação ambiental causado pela mineração de ouro no departamento peruano de *Madre de Dios*. O autor inicialmente propõe uma releitura do conceito de acumulação primitiva de Karl Marx e como autores marxistas, como Rosa Luxemburgo, ajudaram a redefinir e atualizar o conceito, até chegar à forma de acumulação por espoliação de David Harvey. Em diálogo com autores da teoria do sistema-mundo, Prado Filho procura demonstrar a relação dialética entre a devastação em *Madre de Dios* – identificada a partir do lançamento da Iniciativa de Integração de Infraestrutura Regional da América do Sul (IIRSA) e seus megaprojetos de infraestrutura, mais especificamente a rodovia interoceânica que cruza o território em questão – e a valorização recorde do preço do ouro no mercado mundial, como efeito da crise financeira de 2008. Em geral, o avanço do modo de produção capitalista para regiões praticamente inexploradas pelo capital, com regiões amazônicas, implica, além da devastação ambiental, em transformações sociais, econômicas e políticas, a saber, intenso fluxo migratório em busca de trabalho e renda (febre do ouro) e modificações profundas no modo de vida de populações locais.

**Davi Matias Marra Demuner** estuda o caso do movimento zapatista em Chiapas no México, em uma abordagem neogramsciana. Os zapatistas ou EZLN (Exército Zapatista de Libertação Nacional) encaram a globalização como uma guerra moderna, que manifesta formas de exclusão na uniformização disciplinadora do neoliberalismo. Para essa guerra, são convocados então os aliados, aqueles que têm o seu direito de existir negado. O zapatismo, assim, propõe o alinhamento dos subalternos, a compor uma resistência mundial, unindo a luta contra a hegemonia no México com as demais agendas antissistêmicas: uma solidariedade de classe transnacional na sociedade civil internacional. A solidariedade transnacional zapatista é uma coordenação entre forças internacionais, com caráter horizontal e de troca de informações, em que os atores criam laços nodais a partir do auxílio aos zapatistas para a superação do neoliberalismo e para impulsionar outras lutas com propósitos semelhantes em Chiapas e outros lugares do mundo. A contrahegemonia da rede zapatista em direção a um outro mundo possível, contudo, ainda permanece territorializada na guerra de posição na globalização neoliberal, acometida pelo processo do transformismo. Não obstante, conquistas e avanços do movimento põe o zapatismo em marcha em direção à construção da solidariedade transnacional, sem qual projetos político alternativos não podem prosperar.

**Miguel Borba de Sá** busca compreender como os socialistas se posicionavam diante das questões de guerra e paz no início do século XX e como esses posicionamentos se inserem no chamado Primeiro Grande Debate das Relações Internacionais. Para tal, o autor resgata a vida militante e as ideias de Rosa Luxemburgo, que se destacou no período que antecede a Primeira Guerra Mundial pela atuação em campanhas contra a guerra, fazendo do Primeiro Debate parte de sua vida e seus estudos. Os textos examinados de Rosa são, em primeiro lugar, aqueles que tra-

tam da questão do militarismo, o qual além de ser um aspecto da dominação capitalista, tornou-se motor do desenvolvimento desse sistema. De acordo com o autor, essas formulações de Luxemburgo podem ser lidas como uma crítica à *realpolitik* do Estado alemão e é possível entender que a militante polonesa já antecipava a discussão nas RI sobre o dilema da segurança. Em segundo lugar, traz à tona os textos de análise sobre as ameaças da guerra, as alianças entre grandes potências e as crises internacionais, assim como sua participação nas campanhas contra a guerra na Internacional Socialista. As posições de Luxemburgo se destacam por se opor aos dois lados do Primeiro Debate (liberalismo *versus* realismo), mas concomitantemente dialogando de forma crítica com ambos, o que revela agendas políticas mais amplas, um debate mais rico e complexo do que a tradicional dicotomia e uma terceira perspectiva: a presença do marxismo do Primeiro Debate.

**Igor Fuser** analisa a mobilização das burguesias sul-americanas em torno de processos de integração regional, particularmente o MERCOSUL, no contexto do chamado “ciclo” de governos progressistas no século XXI. Segundo o autor, tais processos entram numa fase de retrocesso com a ascensão de governos de direita, especialmente no Brasil e na Argentina. Essa ascensão deriva das hostilidades das burguesias locais, que se mobilizaram contra a orientação dos processos para autonomia, desenvolvimento e redução das desigualdades, ou seja, processos divergentes das diretrizes neoliberais do capitalismo global e da hegemonia dos Estados Unidos na região. As burguesias dos Estados sul-americanos, unificadas politicamente sob hegemonia do capital financeiro e das empresas transnacionais, opuseram-se ao regionalismo pós-liberal (identificado nos governos de Lula e Dilma e do casal Kirshner), que afastava a região de projetos como Área de Livre Comércio das Américas (ALCA) e tratados bilaterais de livre comércio. Oposição esta verificada na coligação de setores empresariais para a derrubada do governo Dilma em 2016. Fuser levanta ainda o debate sobre a “burguesia nacional”: a inexistência dessa classe em formações sociais com legado colonial e escravocrata e dessa forma a forte ligação das burguesias locais com o capital externo, as quais não mostraram compromisso ou apoio à integração regional pós-liberal e contribuíram para a derrocada destes processos conduzidos por governos de caráter progressista na América do Sul.

Os dois dossiês são uma seleção de textos representativos, entre vários outros que foram apresentados durante o evento no Rio de Janeiro em 2016 e para além dele. Assim, não buscamos apresentar uma síntese das abordagens marxistas dentro das Relações Internacionais, nem delimitar o seria “o marxismo” nessa área de conhecimento. Ao contrário, mostramos aqui sua pluralidade e múltiplas possibilidades de análise. Consideramos que a teoria mostrou sua força nos artigos deste dossiê. A teoria, o concreto pensado, é um processo de síntese, um resultado oriundo do movimento da realidade e concomitantemente é um ponto de partida para que se faça análise concreta da situação concreta. Esta, por sua vez, pode retificar o concreto pensado, dada a dinâmica da vida social. Isto é, a teoria marxista (originariamente aberta e incompleta), a partir dos fundamentos marxianos, é uma relação dialética entre a situa-

ção concreta e o concreto pensado. Estes são mediados pelos/as analistas, como os/as que se encontram nas páginas precedentes. Sejam artigos puramente teóricos, sejam de aplicação teórica a determinados objetos, sejam de análise de conjuntura que tácita ou expressamente se utilizam dos conceitos marxistas – e a sempre possibilidade de retificação teórica –, nos artigos das duas partes deste dossiê Marxismo e Relações Internacionais os autores e as autoras se utilizam da teoria marxista com maior ou menor intensidade. A teoria marxista indica os fenômenos concretos do real nas sociedades capitalistas (modo de produção capitalista, acumulação do capital, classes, frações e luta, Estado capitalista, imperialismo, dependência, entre outros) e as forças subjacentes que os governam, amparando analistas em pesquisas cujos resultados se conectam ao concreto real (e amparando militantes a agir e transformar o concreto real). Como vimos, destacam-se, assim, para a análise das Relações Internacionais não apenas os estudos do próprio Marx sobre os fenômenos internacionais, mas também as teorias clássicas e contemporâneas do imperialismo, as teorias marxistas da dependência, o debate alemão sobre a derivação do Estado (e do imperialismo), as teorias de Nicos Poulantzas, e as de Antonio Gramsci e os neogramscianos – incluindo a Escola de Amsterdam<sup>5</sup>. Além disso, se partirmos da ideia de que alguns dos aspectos centrais do método marxiano incluem (i) uma ênfase nas relações sociais de produção; (ii) um reconhecimento a respeito de distintas frações de classe; (iii) o reconhecimento da importância da dimensão internacional para uma melhor compreensão das lutas de classe, assim como (iv) o reconhecimento das especificidades históricas concernentes aos processos de desenvolvimentos dos países individualmente (BIELER, 2016), nota-se claramente a importância do aporte marxiano para as contribuições analíticas presentes nos dossiês.

Esses dossiês são um trabalho inédito no campo das Relações Internacionais no Brasil, seja do ponto de vista da discussão teórica, seja das análises concretas. Tendo como ponto de partida as áreas de formação constitutivas das Relações Internacionais, nota-se, a partir de uma leitura atenta do dossiê, a riqueza analítica do Marxismo para com as Relações Internacionais: Política Externa, Economia Política Internacional, Estudos de Integração Regional/Regionalismo, Teoria e Métodos em Relações Internacionais, Instituições Internacionais e Segurança Internacional. Todas, de uma forma ou outra, foram objeto de atenção e análise ao longo do dossiê, o que contribui para desmascarar algumas das críticas feitas à pertinência do Marxismo para as Relações Internacionais – previamente mencionadas, no início deste balanço.

De forma particular, destacam-se no dossiê os estudos, diretos ou indiretos, de um tema muito pertinente às Relações Internacionais de forma geral e, particularmente, às Relações Internacionais do Sul Global e, por conseguinte, da América Latina: a saber, o fenômeno do regionalismo. O processo, ou os processos, de cooperação e regionalização sul-americanos e latino-americanos ganharam novo caráter e dinâmica (até mesmo novos processos surgiram) no contexto dos governos progressistas da região nos últimos anos, chamando a atenção de analistas. Porém, o grande mérito dessas análises é a própria análise

5. Sobre a Escola de Amsterdam, ver Jessop e Overbeek (2019).

da situação concreta, da luta de classes. O Marxismo não se contenta em operar na superfície dos fenômenos; não considera que instituições como Estado, partido, empresa, organização internacional, etc., tenham interesses e objetivos próprios, em si, como se fossem agentes sociais dotados de vontade. A análise da luta de classes num país é o primeiro passo para compreender formas de Estado, governo e regime, política externa, projeção de poder, estratégia geopolítica, guerra, hegemonia, comércio exterior, abertura econômica, processos de integração regional, formação de organizações internacionais, globalização, etc. A dificuldade de obter dados e informações sobre dinâmicas nacionais é um grande obstáculo a analistas, que podem inclusive incorrer em imprecisões, como é o caso comum de considerar o Estado como bloco monolítico com interesse e objetivo em si ou uma organização internacional com uma dinâmica independente e própria de si. Em todo caso, nas Relações Internacionais, para o Marxismo, imbricam-se a economia política internacional e as sociedades capitalistas nacionais – subjazidas por agentes/classes sociais –, permitindo que analistas escapem da superfície enganosa dos fenômenos apresentados pelo *mainstream*.

#### Referências

- BIELER, Andreas. Karl Marx, class struggles in France and the Historical Materialist Method. **Progress in Political Economy**. 2016. Disponível em: <<http://ppesydne.net/karl-marx-class-struggles-in-france-and-the-historical-materialist-method/>>. Acesso em 23 abr. 2018
- FERNANDES, Luis. O Manifesto Comunista e o “Elo Perdido” do Sistema Internacional. **Contexto Internacional**, v.20, n.1, p.219-234, 1998
- GILL, Stephen; LAW, David. *The Global Political Economy: Perspectives, Problems, and Policies*. Baltimore: Johns Hopkins University Press, 1988.
- HALLIDAY, Fred. **Repensando as Relações Internacionais**. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2007
- JESSOP, Bob; OVERBEEK, Henk (eds.). **Transnational Capital and Class Fractions: the Amsterdam School Perspective Reconsidered**. London: Routledge, 2019
- SCLOFSKY, Sebastián & FUNK, Kevin. The Specter That Haunts Political Science: The Neglect and Misreading of Marx in International Relations and Comparative Politics. **International Studies Perspectives**, v.19, n.1, 44–66, 201
- VIGEVANI, Tullo, et. al. A contribuição marxista para o estudo das Relações Internacionais. **Lua Nova**, n.83, 111-143, 2011.